

Estados discutem acordo da dívida

publica

por Pedro Rúbio
de Salvador

O secretário da Fazenda da Bahia, Rodolpho Tourinho Neto, afirmou ontem que o problema da rolagem das dívidas dos estados com a União poderá ser finalmente equacionado, se as partes chegarem a um consenso na reunião que terão hoje às 10 horas, na Câmara Federal, com o relator do projeto, deputado Germano Rigotto. Segundo Tourinho Neto, na reunião de Brasília os representantes da Comissão dos estados (São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraíba e Goiás) tentarão acertar com Rigotto os últimos pontos pendentes para que o Projeto de Lei nº 3.527, que trata da rolagem das dívidas estaduais, possa ser votado pelo Congresso.

O secretário da Fazenda de São Paulo, Eduardo Maia, está "cauteloso" em relação à proposta que será avaliada hoje em Brasília. Segundo apurou a editora-assistente Cynthia Malta, o governo paulista não está seguro, por exemplo, quan-

to ao índice de comprometimento da receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para pagar a dívida. O governo federal, nas últimas semanas, vinha falando de algo em torno de 11% da receita e São Paulo defende 7%, podendo chegar a 9%. Maia perguntará, ainda na reunião de hoje, se o fato de o Banco Central ter um novo presidente e novos diretores, muda algum aspecto da negociação.

"Ainda nesta semana, alguns estados estarão assinando com o Ministério da Fazenda o termo de compromisso da rolagem, conforme proposta do próprio ministério. Pelo acordo, os estados começarão a antecipar o pagamento da dívida já em agosto, antes mesmo da votação da lei pelo Senado. O termo de compromisso tem validade de 90 dias, prazo em que se espera que o assunto já esteja definitivamente solucionado", afirmou Tourinho Neto.

Segundo o secretário da Fazenda da Bahia, o valor a ser pago pelos estados neste

período refere-se às dívidas vencidas após o dia 30 de junho e não mais na data de corte prevista no projeto, que era o dia 30 de maio. Tourinho Neto explica a fórmula: "Pega-se o valor total da dívida refinanciável — que no caso da Bahia é US\$ 1,290 bilhão — e divide-se por 240 (o total de meses em que a dívida deverá ser paga). O valor obtido é quanto cada estado vai pagar durante os próximos três meses", afirmou. Segundo Tourinho Neto, o problema da dívida mobiliária será tratado à parte desse acordo, já que a União defende que seja 11% da receita dos estados e estes querem que seja 7% o comprometimento da receita mensal. "Isso será decidido no fórum competente, que é o Senado", afirmou Tourinho Neto.

Tourinho Neto acentua que não há maiores discrepâncias entre os números do débito baiano computados pelo estado e os apurados pela União. "Nossa dívida total é de US\$ 2,790 bilhões, somando-se a administração direta e a indireta. Desse total, US\$ 1,290 bilhão é refinanciável e US\$ 1,170 bilhão não-refinanciável. Temos ainda US\$ 330 milhões de débitos diversos, dos quais US\$ 230 milhões referem-se à dívida mobiliária e US\$ 100 milhões a outros débitos", salientou Tourinho Neto.

No período da tarde, o secretário baiano deverá se encontrar, às 15 horas, com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Clóvis Carvalho, para debater formas de acelerar o processo para a rolagem global dos débitos do estado. "Pessoalmente, avalio que a Bahia, São Paulo e Minas Gerais estão bastante avançados na negociação com o governo federal", concluiu Tourinho Neto.